

UM POUCO DA HISTÓRIA DA HISTÓRIA DA FAMÍLIA NO NORDESTE

TANYA MARIA PIRES BRANDÃO*

Resumo: O artigo compreende um levantamento da produção historiográfica sobre a família no Nordeste do Brasil. Além de trabalhos que servem como referencia aos novos estudos, apresenta as teses e dissertações sobre o tema desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em História da UFPE.

Palavras-chave: Nordeste, Família, Historiografia

Abstract: This article which reviews the historical literature about the family in Northeast Brazil. It discusses both those works which have served as the principal references for new studies as well as the dissertations and theses dealing with the history of the family produced by the Post-Graduate Program in History at the Universidade Federal de Pernambuco.

Keywords: Northeast; Family; Historiography.

Indiscutivelmente os estudos sobre a família ou as famílias no Nordeste do Brasil não apresentam o mesmo ritmo das pesquisas sobre as relações familiares nas regiões sul e sudeste. As explicações apontadas para este fato foram sintetizadas por Sheila de Castro Faria. Segundo esta historiadora,

* Professora do Departamento de História da UFPE.

A razão não está só na ausência de documentos, como muitos sugerem. A explicação pode ser encontrada na história mais recente em que grandes centros atuais, como São Paulo, tiveram a possibilidade financeira de guardar e organizar sua memória em arquivos centrais (...) além de contarem com unidades acadêmicas de peso que viabilizam trabalhos.¹

É certo que os argumentos apontados não devem ser ignorados, face à relevância do suporte financeiro, seja no campo arquivista, seja no próprio desenvolvimento da pesquisa. Entretanto, não é objetivo deste artigo discutir essa questão. O propósito, aqui, é dar visibilidade à produção do conhecimento histórico sobre o tema família no Nordeste, embora passível de lacunas. Esta opção se justifica face certo desconhecimento sobre o que é produzido fora do eixo sul-sudeste.

Vejamos, então, algumas obras sobre a história da família no Nordeste. O marco inicial deste elenco é Casa Grande & Senzala² que também abriu a discussão sobre a família no Brasil. A preocupação própria dos intelectuais brasileiros nas décadas de 1920 e 1930 em entender a formação do Brasil levou o pernambucano Gilberto Freyre a deter-se nas relações familiares no Brasil dos engenhos. Foi um inovador no método e no uso das fontes quando trouxe para o conhecimento de todos, sua percepção sobre a família no Brasil tradicional. Em suas análises visitou a infância, a velhice, os sentimentos de amor, ódio e sexo, desnudando a vida privada dos senhores de engenho, inclusive no que diz respeito à sua religiosidade e cotidiano.

A partir destes elementos identificou a tipologia da família extensa cujas relações entre seus membros eram patriarcais. Este conceito que associava as relações sociais à noção de família patriarcal influenciou decisivamente os estudos sobre a sociedade na América Portuguesa. Assim, até os anos sessenta do século XX, os trabalhos sobre a organização da família e as relações sociais foram norteados pela noção freyriana de Família Patriarcal.³

O desenvolvimento da pesquisa sobre a vigência e a força das bases patriarcais nos diferentes espaços sociais do Brasil levou à identificação de outros tipos de famílias não contemplados até então pelos estudiosos. Este fato gerou um debate historiográfico, a partir

da década de 1970, sobre a relação entre patriarcalismo e o modelo de família extensa na sociedade brasileira. Esta discussão parece ter perdido seu sentido com a interferência de Ronaldo Vainfas. Para ele família extensa e patriarcalismo não têm o mesmo significado e que no estudo da sociedade escravista brasileira é impossível se tornar o patriarcalismo irrelevante.⁴

Parte, portanto, de Gilberto Freyre a idéia difundida na historiografia de que a família teve muita importância nas relações econômicas, sociais e políticas na sociedade escravista no Brasil. Que na formação da mesma, a família foi ponto de partida ou o fim da ordem que foi sendo construída. Neste sentido, a família que tanto podia ser ou não consanguínea definia tanto os aspectos cotidianos como as questões relativas ao público e ao privado.

Esta constatação ainda vem sendo norteadora dos estudos sobre a família no Nordeste. Evidencia-se mais, a partir dos anos setenta do século XX, quando o alvo dos historiadores era o entendimento da formação e da força do poder das oligarquias regionais. Essa questão exerceu forte atração sobre os chamados brasilianistas que enriqueceram a historiografia sobre o Brasil com suas abordagens fundamentadas em revisão crítica desta complexa temática. Neste movimento destaca-se o trabalho de Linda Lewin sobre a oligarquia na Paraíba em fins do século XIX e começo do XX. Trata-se de sua tese de doutorado apresentada na Universidade Columbia, EUA, em 1975, e publicada na forma de livro.⁵ Sua narrativa é densa, fundamentada na demografia, mas de natureza interdisciplinar, apoiando-se em corpo documental diverso.

Política e Parentela na Paraíba é um dos trabalhos pioneiros na investigação sobre a importância do regionalismo na organização do poder político durante a República Velha. Tem por objeto central de investigação a oligarquia dos Pessoa, na Paraíba. Este grupo sócio-político tinha por base importante família que detinha o poder local, estadual e federal. Como afirma a própria autora,

Este estudo de caso trata de questões relacionadas a política e parentela, que foram levantadas anteriormente por estudiosos brasileiros preocupados com a evolução das “grandes famílias” como entidades políticas ou com emergência de um estado forte e centralizado.⁶

Portanto, é na investigação das relações entre família e sociedade no Nordeste, observando a interseção entre a esfera política e a esfera privada que se deteve a historiadora. Objetivamente, deteve-se no sistema oligárquico lastreado nas parentelas. Nele, ela identificou os mecanismos utilizados na política de parentela, como as relações de parentesco, agregação e compadrio, ressaltando ainda a prática dos casamentos endógenos. É nesta mesma perspectiva que trabalha no artigo *Some Historical Implications of kinship Organization for Family-based Politics in the Brazilian Northeast*.⁷

Vale ressaltar que a formação destas famílias brasileiras ocorreu no processo de consolidação da sociedade colonial. Que esta última definiu-se na vigência da escravidão e impregnada pelos valores europeus, principalmente os ibéricos, no que diz respeito à questão étnica e religiosa que envolvia cristão-velho e cristão-novo, transformando-se em questão de “sangue”.

Na história da família no Nordeste a relevância da questão de pureza de sangue vem sendo trabalhada principalmente por Evaldo Cabral de Mello. Este recifense, descendente de senhor de engenho, define-se como historiador do Nordeste açucareiro, sem vínculo institucional com a academia, cuja visão de história foi delineada a partir da leitura de o Mediterrâneo, em 1966. Isto porque, para ele,

Braudel apontava um terceiro caminho [para a história]... A escola dos Anais criou um terceiro caminho que escapava à história convencional e ao esquematismo marxista. Era uma história presa à vida, ao cotidiano, à materialidade.⁸

O seu livro *Rubro Veio*, escrito no final da década de 1970, discorre, como indica o próprio subtítulo da obra, sobre “o imaginário da restauração pernambucana”. Trata-se de uma análise no campo das mentalidades sobre o contexto social de Pernambuco após expulsão dos holandeses. O autor identifica e analisa o surgimento de um verdadeiro culto da linhagem e do parentesco na construção de uma nobreza da terra. Observa que este projeto dos colonos exigia um discurso e uma prática genealógicos que legitimariam o status pretendido pelos homens da Colônia.

É neste sentido entra em prática a construção oral de uma genealogia que segundo Evaldo Cabral, era “vivaz e densa”, mas se perdeu ao longo do tempo. Também tem início a elaboração de uma genealogia escrita que começa a ser produzida na segunda metade do século XVII, mas que se afirma no século seguinte. É nesta última que se encontram os registros dos arranjos e práticas familiares comprovadores da linhagem dos homens honrados de Pernambuco. Observa o autor que muitos destes elementos foram descartados pelos genealogistas posteriores. Este fato é lamentado por Evaldo Cabral. Segundo ele as primeiras genealogias escritas constituíam fontes enriqueceras pela genealogia oral.

As deformações intencionais rejeitadas pelos nobiliarquistas à maneira de Borges [da Fonseca] teriam sido certamente mais valiosas do que a veracidade linhagística para medir a distância que, na mentalidade da açúcarocracia pernambucana, separava o real do imaginário.⁹

É neste mesmo campo de estudo que se encontra seu outro texto cujo título é: O Nome e o Sangue: uma fraude genealógica no Pernambuco colonial.¹⁰ Seu objeto de análise é, portanto, uma história de manipulação genealógica com o objetivo de esconder “o costado sefaradita” de uma importante família de Pernambuco. Volta a afirmar, com base neste caso específico, que nos séculos XVII e XVIII, a construção de genealogias apresentava-se como um elemento que “classificava ou desclassificava o indivíduo e sua parentela aos olhos dos seus iguais e dos seus desiguais, garantindo assim a reprodução dos sistemas de dominação”.¹¹

Evaldo Cabral de Mello contempla a história da família no Nordeste com outro texto, no final da década de noventa, que tem como título O Fim das Casas-Grandes, e participa da coletânea História da Vida Privada no Brasil: Império. Como acontece com os trabalhos anteriores, este também é de grande importância para historiografia sobre a família no Nordeste. Se naqueles aponta os primeiros manuscritos genealógicos como importante registro do imaginário pernambucano, neste traz uma nova fonte para o estudo do mundo dos senhores de

engenho de Pernambuco. Trata-se dos “livros de assentos”. Neles encontram-se informações sobre o cotidiano nos engenhos, aspectos econômicos e financeiros desta unidade de produção, além de registros referentes às relações familiares. Como ele mesmo define, estes raros registros privados são

Cadernos em que o chefe da família anotava os principais acontecimentos (casamentos, nascimentos, batizados e falecimentos)..Estes cadernos também serviam para anotações de operações financeiras e comerciais, o dinheiro que se emprestou ou se tomou emprestado, os lucros ou os prejuízos com safras, etc. Eles podem ir um pouco além, como no “livro de família” de Ambrósio Machado da Cunha Cavalcante que se refere a origem da linhagem.¹²

Em trabalho mais recente, também sobre o universo pernambucano, Evaldo chama atenção para o papel desempenhado pela solidariedade familiar. Sua observação é de que esta solidariedade era evidenciada principalmente nos momentos de crise. Foi o que constatou tanto no desencadeamento como na repressão à Insurreição de 1817, em Pernambuco. Neste estudo, Evaldo Cabral apresenta a família como uma instituição muito poderosa cuja força originava-se na vigência de uma solidariedade colonial e escravista.¹³

A família no Brasil colônia também é objeto de análise na obra de Stuart B. Schwarzt, um brasilianista cuja preocupação é “apresentar um relato preciso e minucioso da sociedade e economia baianas”. Isto porque, segundo ele, o Brasil é frequentemente tomado como referencial de comparação nos estudos sobre os Estados Unidos e Antilhas quando o tema é escravidão e relações sociais.

O título da obra em foco é bastante sugestivo: Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial. Trata-se de uma narrativa densa na linha de abordagem da História Social, sobre a grande lavoura na Bahia. É resultado de ampla e profunda pesquisa em fontes diversas como: testamentos, censos, documentos dos engenhos, registros notariais e paroquiais, correspondências administrativa e privada.

Tem como foco principal a formação e interação dos grupos e categorias sociais no âmbito do Antigo Regime Colonial Mercantilista. Discorre sobre aspectos sociais da produção numa região especializada em produzir gêneros para o mercado internacional: o Recôncavo baiano.

Stewart Schwarst, em sua análise sobre os grupos sociais existentes na Bahia, detem-se naquele constituído por escravos. Trabalha detalhadamente este contingente, observando os diversos aspectos apresentados. É principalmente quando faz esta análise que sua contribuição historiográfica é mais efetiva sobre o tema aqui em foco. Ele traz a público a família escrava, objeto até então pouco estudado quando se trata do Nordeste. Analisa a forma e estrutura destas famílias, atentando para as limitações impostas pela escravidão. Neste sentido admite que:

As limitações do escravismo eram reais e frequentemente também destrutivas, mas daí a crer, (...) que a força inerente ao poder dos senhores e o funcionamento da instituição da escravidão determinaram, sozinhos, os parâmetros da vida escrava, é deixar de lado o papel essencial dos cativos na criação de sua própria cultura.¹⁴

Sua pesquisa permitiu a constatação de que na população escrava dos engenhos da Bahia havia diferentes laços de parentesco que podem ser definidos como consangüíneos e fictícios. Observou que entre os cativos também havia a família ampliada através do parentesco ritual. Ressalta que na vida familiar desta categoria social, o compadrio era muito importante porque criava laços de parentesco espiritual entre afilhados e padrinhos e entre pais e padrinhos. Os laços firmados na igreja estendiam-se pela vida social.

No ato ritual do batismo e do parentesco religiosamente sancionado do compadrio (...) temos uma oportunidade de ver a definição mais ampla de parentesco no contexto dessa sociedade católica escravocrata e de testemunhar as estratégias de escravos e senhores dentro das fronteiras culturais determinadas por esse relacionamento espiritual.¹⁵

Da mesma forma, Schwarst aponta para a prática dos escravos, por ele identificada, de escolher cônjuge ou parceiro no seu próprio grupo étnico.

As preferências étnicas entre certos grupos africanos parecem ter sido fortes (...) Embora houvesse uma tendência entre os povos da área do golfo de Benin ao casamento endogâmico, (...) cativos ioruba, jeje e akam casavam regularmente entre si e para todos os efeitos, podiam ser considerados como um grupo amplo, possuindo certos atributos comuns e constituindo uma fonte de cônjuges em potencial.¹⁶

A década de 1980 defini-se na historiografia da família no Brasil como o momento dos estudos que contestam a idéia do predomínio da família patriarcal na sociedade brasileira. Neste sentido, tiveram larga influência as pesquisas fundamentadas em dados demográficos, coletados nos censos, documentos paroquiais e notariais, etc.¹⁷ São estudos que buscavam e encontraram vários tipos de famílias nas diferentes regiões do Brasil, bem como nos vários seguimentos sociais.

No conjunto desta produção historiográfica, no que diz respeito à sociedade nordestina, estão os trabalhos de Kátia M. de Queirós Mattoso. O seu texto, cujo título é *Família e Sociedade na Bahia do século XIX*,¹⁸ fundamenta-se em rica pesquisa sobre a composição das famílias e a tipologia das mesmas. Comprova, a partir dos dados coletados, que o acesso ao casamento sob o signo da Igreja restringia-se à elite branca baiana sendo, portanto, relevante o índice de ilegitimidade entre as famílias locais.

Na lista dos estudos de Mattoso referentes ao tema família estão ainda: *Sistema de Parentesco e Alianças Matrimoniais*, que faz parte do livro *Bahia século XIX: Uma província do Império*; e *As Solidariedades*, capítulo da obra *Ser Escravo no Brasil*.¹⁹

Resumindo de forma extremamente sucinta a contribuição de Kátia Mattoso à história da família no Nordeste, pode-se dizer que a mesma trouxe a família escrava nordestina, com toda sua complexidade, para as discussões historiográficas. Em toda sua obra, analisa o grupo familiar dos cativos identificando os diferentes tipos

de casais constituídos. Consta que entre esses predominavam as uniões consensuais, com alta taxa de natalidade ilegítima. Quanto ao casamento cristão, observa que também foi praticado entre os escravos da Bahia, porém em número muito inferior ao apresentado por aqueles efetivados fora do matrimônio.

A análise feita sobre a formação dos núcleos familiares dos cativos evidencia a predominância da endogamia, já que a escolha dos parceiros era, em geral, feita entre aqueles do mesmo grupo étnico. Quanto ao parentesco, observa, ainda, que através dele a família entre os escravos era ampliada. Além dos laços consangüíneos, eram estabelecidos outros laços de parentesco como os espirituais, os rituais e aqueles de natureza étnica.

A história da família na Bahia conta ainda com os trabalhos de Luiz de Barros Mott. Em *Os pecados da Família na Bahia de Todos os Santos*, faz uma análise histórico-antropológica sobre o comportamento dos baianos, no início do século XIX, no que se refere às relações afetivas e familiares.²⁰ Acrescente-se, ainda, o texto *Filhos Ilegítimos e Crianças Expostas*, de autoria de Johildo Lopes Athayde, que se dedica à família baiana no século XIX.²¹

Até a década de 1990, os estudos sobre a família no Nordeste tinham, basicamente, por campo de as áreas urbana e rural da zona da mata agroexportadora. A partir de então, com o desenvolvimento da pesquisa histórica em áreas interioranas da região, a família despontou como objeto de interesse entre os historiadores. Evidentemente que este fato se deve à participação, sobretudo dos docentes universitários, em cursos de pós-graduação. São frutos deste movimento, por exemplo, os trabalhos de Miridan Britto Falci que se dedica à população escrava no Piauí, observando pelo ângulo da demografia histórica, como se apresentava o quadro familiar neste seguimento social. Também inclui em suas análise questões relativas à infância e às mulheres cativas no mundo do sertão pecuarista.²²

Diz também respeito à sociedade do Piauí o texto *A Elite Colonial piauiense: família e poder*.²³ Nele busca-se através da documentação cartorial, administrativa e genealógica analisar o papel da família na formação e consolidação da ordem econômica e social na capitania de São José do Piauí. Uma primeira constatação é a de que na primeira

fase deste processo, a constituição de núcleos familiares entre os conquistadores que se fixavam na região se impunha como uma questão de sobrevivência tendo em vista as características físicas, sociais e demográficas da região e as necessidades próprias do desenvolvimento do criatório. Entretanto, eram muitas as dificuldades impostas à formação de núcleos familiares a partir de uniões matrimoniais ou não. Dentre estas sobressai-se a predominância do elemento masculino.

Só quando passada a fase heróica da conquista e com a intensificação do fluxo de novos habitantes para a região que teve início, efetivamente, a formação dos primeiros núcleos familiares. Contudo, além da maioria dos moradores dos sítios e fazendas continuar, por muito tempo, predominantemente masculina, a diversidade quanto à condição jurídico-social e à composição étnica destas pessoas inibia, principalmente, as uniões matrimoniais.

Data, portanto, das primeiras décadas do século XVIII, a efetiva formação de famílias legalmente constituídas quando a ordem econômica já estava definida pela pecuária e a grande propriedade. Na segunda fase da evolução destes núcleos observa-se a união entre eles através do casamento entre os filhos das primeiras famílias. Formaram-se desta maneira os primeiros grupos de família que passaram a ter desempenho de grupo social de prestígio socialmente reconhecido. Estes grupos familiares, ainda se utilizando dos princípios legais e culturais do casamento, estabeleceram laços de parentesco consanguíneo e por afinidade, dando origem às redes de família, constituindo a elite local. Todo esse processo teve por base rígida seleção na escolha dos cônjuges e a distribuição eqüitativa dos bens patrimoniais da família entre herdeiros legítimos.

Em meados da década de 1760, com a instalação do primeiro governo da Capitania, os membros destas famílias já qualificados como “homens bons” por serem casados e donos de terra, gado e escravos, assumiram cargos e funções no aparelho burocrático. Surgia então a elite local fundada nas relações familiares. Era, portanto, muito forte a relação entre poder e família no Piauí colônia, como de resto era em todo o Nordeste.

Este rápido levantamento sobre a produção no campo da história da família no Nordeste certamente contém lacunas. Estas são decorrentes

do desconhecimento, aqui confessado, dos títulos publicados sobre esta temática. A pouca divulgação da produção de conhecimento nesta região é um problema antigo ainda não solucionado nos dias atuais.

Entretanto, observa-se que no espaço dos cursos de pós-graduação o tema família vem despertando o interesse dos novos historiadores. Este fato pode ser observado a partir das teses e dissertações apresentadas no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Trata-se de um dos mais antigos instalados no Nordeste e tem, ao longo de 33 anos de existência, formado mestres e doutores que se dedicaram à pesquisa histórica do Norte e Nordeste.

Neste rol,²⁴ o primeiro trabalho apresentado foi a dissertação de Bartolomeu Cavalcanti, em 1991, cujo título é *A Família em Pernambuco: mudanças na família da elite açucareira*. Tem por fonte principal a literatura local. Destaca daí os textos produzidos por descendentes diretos dos senhores de engenho que depois de obterem o diploma universitário em Recife, tiveram que retornar à zona da mata para assumir a administração do patrimônio familiar. São pessoas que viveram a transição do século XIX para o XX, quando ocorreram sérias mudanças no mundo do açúcar nordestino: do engenho para a usina; do trabalho escravo para o livre.

O autor parte da concepção de Gilberto Freyre, isto é, da configuração da família patriarcal e seu universo na zona açucareira de Pernambuco. Conclui que a crise na economia açucareira do final do século XIX forçou a transformação desta família extensa em nuclear burguesa, mesmo sendo o ambiente da época, em Pernambuco, radicalmente diferente da Europa, espaço onde se originou a família burguesa. Conclui, ainda, que esta mudança na tipologia da família pode ser entendida como uma negação compulsória, da parte dos senhores do açúcar, de seus valores e de seu estilo de vida. Porém, constata que como ideal de família, permaneceu a patriarcal e extensa, já que esta correspondia a uma época áurea de poder e prestígio destes senhores ou seus antepassados.

A dissertação de Solange Pereira Rocha veio à público em 2001, como título: *Na Trilha do Feminino: condições de vida das mulheres escravizadas na província da Paraíba, 1828-1888*. Embora este estudo possa ser qualificado como dentro da história das mulheres e da história

social da escravidão, a sua inserção na história da família tem por explicação o fato de nele as mulheres são estudadas em associação aos homens, em geral membros de sua família: pais, filhos, maridos e irmãos. A autora observa que foi junto a esses homens que as mulheres criaram e recriaram várias práticas sociais, assim como também desenvolveram diferentes estratégias para sua sobrevivência e de sua descendência. Outra explicação está no fato de que no segundo capítulo do texto, aborda especificamente as relações de parentesco das cativas residentes no sertão paraibano e identifica as famílias matrifocais e as conjugais.

Ainda em 2001, foi apresentada outra dissertação sobre a família no Nordeste. Trata-se do estudo de Antônia da Silva Mota sob o título *Família e Patrimônio no Maranhão do Século XVIII*. A pesquisa foi efetivada em grande quantidade de testamentos, processos de divórcio datados de 1740 a 1799, e nas cartas de sesmarias emitidas pelo Senado da Câmara de São Luiz.

A análise que apresenta para o universo social maranhense tem como ponto de partida a investigação sobre as uniões consensuais e as legalizadas pelo casamento, bem como a filiação delas decorrentes. Aborda estes núcleos familiares na perspectiva de unidades econômicas, razão pela qual busca identificar as atividades desenvolvidas por seus membros, e os bens que possuíam. A análise deste patrimônio no que se refere ao tipo e dimensão dos imóveis – rural e urbano – e do contingente de escravos – composição étnica e quantidade – possibilitou a identificação dos níveis da fortuna das famílias identificadas. Através da análise da sucessão dos bens familiares foi possível identificar significativas mudanças sócio-econômicas no Maranhão setecentista.

A primeira tese apresentada no Programa de Pós-graduação em História da UFPE contempla uma das questões fundamentais na historiografia sobre a família no Brasil. Analisa as construções conceituais de família no Recife das décadas de vinte e trinta do século XX, que ganharam visibilidade mediante as práticas discursivas das obras de Gilberto Freyre e do *Diário de Pernambuco*.

O título deste estudo sintetiza seu conteúdo: *Façamos a Família à Nossa Imagem: a construção de conceitos de família no Recife moderno (décadas de 20 e 30)*. Iranilson Buriti de Oliveira parte da idéia de que o conceito de família patriarcal foi elaborado em momento

marcado pela tensão e por intensos debates intelectuais sobre os termos “moderno” e “atrasado”. Segundo o autor, nestes debates, as famílias são (re)visitadas pela imprensa e pela intelectualidade, o que deixa visíveis os deslocamentos da elite recifense quanto às maneiras de viver dos tempos modernos.

As indagações feitas no desenvolvimento do estudo são as já tradicionais na historiografia desde os anos setenta do século passado. A primeira: “Por que Freyre cria um modelo normalizador da família brasileira, colocando-o num quadro imagético-discursivo a ser contemplado por todos do Brasil, inclusive apontando-o como o “modelo de sociabilidade” exemplar?”. E a segunda: “Que dispositivos de poder e de saber condicionaram os regionalistas a enxergarem o conceito de família patriarcal como uma materialidade?”.²⁵

A conclusão de Iranilson é que:

Muitas práticas discursivas se cruzaram para dar funcionalidade e instituir o conceito de família patriarcal, para dar concretude à idéia de que um patriarcalismo existente desde o período colonial brasileiro. Freyre elaborou esse conceito, mas uma ampla rede de poder/saber (jornais, revistas, relatórios, congressos, encontros, instituições) lhe deu visibilidade e dizibilidade, divulgando-o não apenas em Recife, mas em toda a nação, produzindo discursos e textos na contramão da modernidade.²⁶

Seguindo ainda a linha cronológica de apresentação das dissertações e teses em história do PPGH-PE, em 2003, veio a público o estudo de Alberon de Lemos Gomes, no nível do mestrado: *A Matrona & O Padre: discursos, práticas e vivências das relações entre catolicismo, gênero e família na Capitania de Pernambuco*. Tem por objetivo verificar “a normatização dos padrões ideais de composição familiar e dos papéis de gênero na sociedade colonial pernambucana realizados e idealizados por agentes coloniais do catolicismo tridentino no Novo Mundo”. Baseia-se em fontes tradicionalmente vasculhadas como sermões, autos inquisitoriais, genealogia, códigos de conduta moral, cartas jesuíticas, correspondência administrativa, iconografia e relatos de cronistas.

Apóia-se na idéia de família vigente na época colonial ou seja, a família formada a partir de laços consangüíneos, de coabitação e de laços rituais, como o compadrio. Com tais elementos busca reconstituir a unidade social tecida na interação entre colonos da Nova Lusitânia e os representantes da Igreja, através da estruturação da vida familiar e dos papéis de gênero, bem como das negociações e conflitos entre esses atores sociais no Pernambuco colonial.

A dissertação de Tatiana Ferraz, 2004, desenvolve-se na linha de abordagem das relações entre família e poder. Parte das relações familiares a fim de identificar as inter-relações entre Estado brasileiro e a elite política agrária no sertão de Pernambuco no século XIX. Aborda, portanto, o universo das negociações entre poder central do império brasileiro e o poder das elites locais nas disputas por autonomia política.

Trata-se de uma interpretação da história da sociedade do sertão pernambucano através da trajetória de famílias, observando aspectos socioculturais e demográficos. Através da documentação cartorial e eclesiástica identifica aspectos do cotidiano de núcleos familiares da região do Vale do São Francisco. Resgata a estrutura das propriedades fundiárias, as atividades desenvolvidas e as relações de trabalho vigentes na região. Identifica que os núcleos familiares, através de alianças firmadas pelo casamento entre seus membros, formaram grupos sociais hegemônicos que se envolveram em disputas pelo poder político regional. O título deste estudo é: *A Formação da Sociedade no Sertão Pernambucano: trajetória de núcleos familiares*.

No ano de 2005, a história da família no Nordeste foi ampliada com dois trabalhos no nível de doutorado. Um deles foi *Gente Opulenta e de Boa Linhagem: família, política e relações de poder na Paraíba (1817 – 1824)*, de autoria de Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano. O outro, apresentado por Pedro Vilarinho Castelo Branco, recebeu o título *Famílias e Escritas: a prática discursiva dos literatos e as relações familiares em Teresina nas primeiras décadas do século XX*.

Em seu estudo, Serioja Mariano aborda as relações entre família e poder no Nordeste, tema de grande interesse entre os historiadores da região. Tem por objetivo analisar o papel das relações familiares na formação dos grupos políticos que atuaram nos movimentos de 1817 e 1824, e as motivações que impulsionaram estes grupos neste sentido.

Com base na historiografia, a autora evidencia o importante papel da família nas diferentes fases da história da Paraíba. Constatamos que a conquista e ocupação da área, no século XVII, já se apresentou como um negócio de família e que desde então essa instituição foi a base da organização política local. Observamos que no século XVIII as estratégias de união das famílias locais possibilitaram a formação das redes familiares. O instrumento básico utilizado neste processo foi o casamento cristão, que estabelecia vínculos de parentesco consanguíneo e por afinidade entre os membros destes grupos de famílias. Este fato é evidenciado, mais tarde, na formação dos partidos políticos. Os laços de parentesco definiam os membros tanto do partido Conservador como do partido Liberal.

A relação das famílias de elite com o poder político na Paraíba sempre haviam sido de fundamental importância; na transição para o Estado Nacional, estes grupos de poder de base familiar tiveram que levar a cabo estratégias para se manterem hegemônicos. Foi assim, conforme diz a autora,

Mesmo estendo envolvidos nos movimentos insurrecionais, os grupos familiares mais importantes permaneceram no comando da política local, apesar da repressão, o que denota o adesismo de tais grupos à restauração da ordem monárquica (...) tendo inclusive, ocupado funções na política durante todo o Império.²⁷

Quanto ao estudo de Pedro Vilarinho Castelo Branco, o objetivo é analisar como a circulação da cultura escrita e o crescente processo de escolarização influenciaram na construção de novas relações familiares em Teresina, capital do Piauí, na primeira metade do século XX. Para isto a pesquisa foi centrada na produção discursiva de intelectuais piauienses que orientaram seus textos no sentido de se processar uma ação modernizadora na noção de família.

Uma das conclusões do autor é que

O projeto dos literatos não conseguiu se impor de forma hegemônica. As mudanças estruturais na sociedade, como a nova dinâmica da economia piauiense e o

processo de urbanização de Teresina, mostravam-se incipientes, não criavam as condições necessárias para que o projeto de aburguesamento da sociedade se desse de forma intensa.²⁸

Apesar disso, segundo Pedro Vilarinho, o conjunto dos discursos dos literatos não pode ser considerado derrotado. Isto porque no que se refere especificamente às relações familiares observa-se uma mudança de comportamento das mulheres. Elas captaram destes discursos a parte que lhes apontava para uma vivência das funções familiares como esposas e mães. Constata o autor que mesmo as mulheres dos grupos médios da sociedade inseridas no mercado de trabalho não abriam mão de se subjetivarem como mães e esposas. Elas procuraram formas de conciliação da vida profissional com a vida doméstica.

Neste relato da produção discente da pós-graduação em História da UFPE, o último trabalho é o de Thiago de Oliveira Reis Marques Freire, que também não estuda a família em si, mas o discurso sobre ela. Tem por título *Em Defesa da Família: representação da família em dois jornais de Recife (1937 -1945)* e foi apresentada em fevereiro de 2006. Busca identificar como a família foi representada por setores conservadores da sociedade e governistas na imprensa recifense. Procura entender que interesses produziram, durante o Estado Novo, o discurso da família ameaçada.

Esta questão é levantada tendo em vista que na imprensa local, no período em foco, a defesa da família é assunto predominante. De acordo com esses textos, tanto o governo como os setores conservadores da sociedade acreditavam que a família carecia de proteção frente às ameaças que vinha sofrendo. Em sua análise o autor admite que os textos eram de natureza conservadora. Que os membros não têm na família propriamente dita o foco de seus interesses mas a defesa da ordem, do regime vigente. Conclui sua narrativa afirmando que no período de 1937 a 1945, a novidade não estava na construção de um discurso de ameaça à família. Os textos analisados eram os primeiros traços do que se veria ao longo do século XX. O mesmo discurso em defesa da permanência, face o medo do novo que ameaçava se instalar. Neste caso o discurso de defesa da família foi também o do medo em

um espaço de disputa que estava modificando as formas de circular na sociedade,

Como demonstra este sucinto levantamento acerca do conhecimento histórico produzido sobre a família no Nordeste, o mesmo vem ocorrendo basicamente no âmbito das universidades. Também evidencia a consciência dos historiadores quanto ao importante papel da família nos diferentes espaços sociais e tempos históricos nordestinos. Conforme indica ainda este levantamento historiográfico, predomina nestes estudos a abordagem socioculturalista de natureza interdisciplinar na explicação dos comportamentos sociais no Nordeste.

Notas

¹ FARIA, Sheila de Castro. História da Família e Demografia Histórica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.) *Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

² FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1958.

³ SAMARA, Eni de Mesquita. *A história da Família no Brasil*. In: Revista Brasileira de História. São Paulo. V.9 n.17 set.88/fev.89.

⁴ VAINFAS, Ronaldo, *Trópico dos Pecados: Moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

⁵ LEWIN, Linda. *Política e Parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

⁶ Idem p.12.

⁷ Ibid. Some Historical Implications of Kinship Organization for Family-based Politics in the Brazilian Northeast. In: Comparative Studies in Society and History. V.21.n 2 abril/1979.

⁸ Apud. MORAES, José Geraldo Vinci e REGO, José Maria. Conversando com historiadores, p. 149.

⁹ MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio; O imaginário da restauração pernambucana*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. p. 173.

¹⁰ Idem. *O Nome e o Sangue: Uma fraude genealógica no Pernambuco Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras. 1989.

- ¹¹ Idem, Idem. p.11.
- ¹² Ibid. O Fim das Casas-Grandes In: ALENCASTRO, Luiz Felipe (org) *História da Vida Privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ¹³ Ibid, Ibidem. Revolução em Família. In: *Um Imenso Portugal: história e historiografia*. São Paulo. Editora 34, 2002.
- ¹⁴ SCHWARST, Stuart. *Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835*. São Paulo: Companhia da Letras, 1988.
- ¹⁵ Idem p.330
- ¹⁶ Idem, Idem, p.319.
- ¹⁷ Ver CORREA, Mariza. Repensando a família patriarcal. IN: ALMEIDA, Maria Suely Kofes et alli. *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo: Brasiliense: 1982.
- ¹⁸ MATTOSO, Kátia Maria Queirós. *Família e sociedade na Bahia do século XIX*. São Paulo: Corrupio, 1988.
- ¹⁹ Sistemas de parentesco e alianças sociais. IN MATTOSO, Kátia M. Queirós. *Bahia século XIX: uma província do Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992; As solidariedades. IN: MATOSO, Kátia M. Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense: 1982.
- ²⁰ MOTT, Luiz Barros. Os pecados da família na Bahia de Todos os Santos (1813). IN: *Escravidão, homossexualidade e demonologia*. São Paulo: Ícone, 1988.
- ²¹ ATHAYDE, Johildo Lopes. *Filhos ilegítimos e crianças expostas* (notas para o estudo da família baiana no século XIX). Salvador: RALB, n. 27:9-25, setembro de 1980.
- ²² FALCI, Miridan Britto. *Escravos do sertão: demografia, trabalho, relações sociais*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995; Demografia escrava no Piauí. IN: *História e população: estudos sobre a América Latina*. São Paulo: BEP, IUSSP, CELADE, 1990.
- ²³ BRANDÃO, Tanya Maria Pires Brandão. *A elite colonial piauiense: família e poder*. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1995.
- ²⁴ Todos esses trabalhos fazem parte do Banco de Teses e Dissertações do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco.
- ²⁵ OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. *Façamos a família à nossa imagem: a construção de conceitos de família no Recife moderno (décadas de 20 e 30)*. Tese de Doutorado em História Recife: UFPE, 2002.
- ²⁶ Idem, op. cit, p. 326.

- ²⁷ MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. *Gente opulenta e de boa linhagem: família, política e relações de poder na Paraíba (1817-1824)*. Tese de Doutorado em História. Recife, UFPE, 2005.
- ²⁸ CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Família e escritas: a prática dos literatos e as relações familiares em Teresina nas primeiras décadas do século XX*. Tese de Doutorado em História. Recife, UFPE, 2005, p. 214.